



doi: 10.20396/rfe.v12i1.8659762

Escola partida: ética e política na sala de aula¹

ROCHA. R.P. **Escola partida: ética e política na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 160.

*Christian Lindberg Lopes do Nascimento*²

O livro *Escola partida: ética e política na sala de aula*, de autoria do professor Ronai Rocha, aborda um dos temas mais polêmicos da educação brasileira nos últimos anos. Refiro-me ao denominado projeto Escola sem partido (ESP), proposição inicial no Brasil do procurador Miguel Nagib. Esta iniciativa tem servido de inspiração para diversos parlamentares proporem projetos de lei nos legislativos municipais, estaduais e federal, como também inspirado chefes do poder executivo nos mais variados níveis.

A proposta de Nagib visa afixar cartazes para alertar os estudantes contra qualquer tipo de doutrinação no ambiente escolar e se apoia na ideia de que as escolas se transformaram em verdadeiros comitês políticos, difundindo ideias partidárias, além de promover o doutrinação ideológico, ou seja, renunciaram sua função inicial de educar as crianças e os adolescentes. Essa conversão, segundo os defensores do ESP, pode ser evidenciada nas notas baixas evidenciadas nas avaliações externas (ENEM, SAEB, PISA, etc.) ou no déficit de aprendizagem dos estudantes brasileiros.

O professor Ronai procura, inicialmente, escutar os argumentos do ESP. O segundo objetivo, segundo o próprio autor, é que “as análises que faço aqui são apenas um novelo muito emaranhado e a perspectiva que

¹ Quero registrar meu agradecimento para a professora Dra. Mariana Batista (UFCAT) pela revisão final.

² Possui graduação em Filosofia e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Educação, com ênfase em Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realizou estágio de pós-doutoramento em Educação também na UNICAMP. Atualmente é professor do Departamento de Filosofia (UFS)

ofereço ao leitor é a de um começo de conversa”. (ROCHA, 2020, p.12). É nessa direção que ele conduz o leitor a refletir sobre vários aspectos, por exemplo: qual é o grau de comprometimento dos docentes com a aprendizagem dos estudantes? Além disso, a vasta e pertinente gama de autores da Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, História da Educação e de outras áreas do conhecimento com que dialoga torna o livro um documento denso e rico em informações. O amplo leque de referências pode deixar o leitor a vontade para deliberar sobre as questões postas nas 151 páginas da obra. No entanto, o autor do livro não se esquivava da polêmica, emitindo suas opiniões.

Após concluir a leitura, o leitor perceberá que a divisão foi concebida para facilitar a compreensão do encadeamento lógico do texto, auxiliando na assimilação das ideias apresentadas pelo autor. São seis partes que compõem a obra: 1) A política e a sala de aula; 2) Audiências cativas; 3) As duas pessoas da escola; 4) Nostalgias indulgentes; 5) Lobos, cordeiros, e outros bichos; 6) A cultura da escola. Há ainda uma introdução, agradecimentos, referências utilizadas e o uso regular de notas de rodapé, sempre com informação que agregam conhecimento ao leitor ou conduzem-no a outras ler outras fontes. Feito esta breve apresentação, vamos para a análise do livro.

A obra começa com caracterização do ESP. Em seguida, Ronai estabelece uma espécie de diálogo com autores que problematizaram o tema. O primeiro deles é Gaudêncio Frigotto, professor da UFRGS e autor do livro *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (2017), coletânea de textos que versa sobre o assunto em tela. O outro autor é o professor Fernando Penna, atualmente diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), uma das principais vozes opositoras ao ESP. Embora exponha elementos de concordância, Ronai argumenta que há equívocos na argumentação de ambos. Ao analisar o que disse Frigotto, Rocha (2020, p.19) afirma que “sua análise padece do mal de um certo pensamento que se pretende de esquerda: as dificuldades da realidade são sempre um aspecto das dificuldades do

capitalismo”. No caso de Fernando Penna, expõe que o limite de sua análise se manifesta por restringir a crítica ao ESP ao aspecto da quebra de confiança entre o professor e a criança, não englobando aspectos de ordem didático-pedagógica, entendida por Ronai com um dos elementos da ética profissional docente.

O eixo central do primeiro capítulo gira em torno do debate da moral, ou seja, “onde começa e quando termina a educação moral da gente?” (ROCHA, 2020, p.29). Talvez o mérito do ESP foi ter ressuscitado esse debate na educação, constata Ronai. Para equacionar esta questão, recorre a Aristóteles para dizer que o homem é um ser político por natureza. Nesse sentido, Rocha (2020, p.33) afirma: “Nesse sentido amplo, a política está na sala de aula, pois cada conteúdo e procedimento da transmissão escolhido pelos educadores ou pelos pais é algo que foi considerado valioso no patrimônio comum da comunidade”. Em suma, a política sempre esteve em sala de aula.

O segundo capítulo é intitulado *Audiências cativas*. O autor do livro vai ao cerne de um dos principais argumentos utilizados pelos defensores do ESP, a ideia de que o docente aproveita a “audiência cativa” para cooptar os alunos. Segundo Ronai, o sociólogo alemão Max Weber, no livro *Ciência como vocação*, é o formulador desta ideia. Parte do capítulo, ele demonstra sua capacidade intelectual e expõe, cotejando o livro de Weber, seu ponto de vista, destacando a opinião weberiana de que a sala de aula não é lugar para política. “Weber parece soar muito distante da sensibilidade atual, parece defender um ideal de imparcialidade e ascetismo docente que flerta com a irresponsabilidade política”. (ROCHA, 2020, p.61)

Weber questiona o nacionalismo e os sentimentos pátrios, por conduzir, em nome do Estado, jovens às batalhas de guerra. Percebe-se que esta constatação sociológica contrariou o III Reich, mobilizando intelectuais a se manifestarem contra as opiniões de Weber. Um deles foi Ernst Krieck, tido como um dos filósofos de Hitler, que concluiu que alguns livros tinham conteúdo antinacionalista. Eles foram proibidos e queimados, tudo dentro do contexto da guerra cultural promovida por Hitler. Algo semelhante ocorreu

na URSS e na China. Estas experiências, segundo Ronai, caracterizam uma forma de misturar política com sala de aula, contrariando o preceito weberiano contido no livro *Ciência como vocação*.

Antes de concluir o segundo capítulo, Ronai Rocha retorna à argumentação desenvolvida no anterior, procurando estabelecer o que chama de “o grau zero da política”. Para ele, “a política diz respeito às relações entre seres dotados de autonomia, em diferentes graus, com diferentes aspectos e graus de diversidade entre eles.” (ROCHA, 2020, p.56). E como a política deve entrar em sala de aula? Discussões de caráter político-partidária devem ser proibidas, restando debates que em que a conotação dada ao conceito de política seja semelhante à aristotélica. No caso das disciplinas de Humanidades, seus conteúdos devem “incomodar os estudantes de uma forma verdadeiramente inteligente e cada vez mais necessária para que a juventude adquira a fortaleza moral para poder viver em um mundo desencantado”. (ROCHA, 2020, p.66)

Após fazer uma análise, do ponto de vista político, filosófico e sociológico do ESP, o terceiro capítulo do livro interroga a escola. Ronai, no decorrer da argumentação, dialoga com as correntes sociológicas, históricas e filosóficas que contribuíram, em algum grau, com o debate educativo brasileiro desde os anos 1970. Critica as diversas leituras estruturalistas da educação – Althusser, Dermeval Saviani e Pierre Bourdieu -, apontando que elas resumem os problemas educacionais do país ao sistema capitalista. Expõe, também de forma breve, elementos do que é denominada de teorias críticas e reprodutivistas da escola, particularmente os estudos libertários e desescolarizantes de Ivan Illich. Após a descrição destas correntes de pensamento, Ronai faz uma constatação: “Como podemos nos admirar que alguns campos de estudo na área de educação, como didática e planejamento escolar, tenham ficado em segundo plano em muitas faculdades de Educação anos 1980?” (ROCHA, 2020, p.77).

Esta inquietação legitima-se, segundo ele, porque as correntes do pensamento educacional se preocuparam mais em criticar a educação tecnicista, não dando a mesma importância a questões de ordem

metodológica. Talvez isso explique o motivo, na segunda parte do capítulo, expor a identidade conceitual da escola Moderna, pautada pela ideia de que ela é para todos, de forma indistinta, onde se difunde o conhecimento sistematizado. No entanto, o espírito crítico que predominava no debate educacional fez com que, segundo Ronai, a escola se afastasse de seu real objetivo, colocando-se no banco de acusação. Nesse sentido, tece crítica ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que tem sua argumentação em torno do estruturalismo.

Com base nos preceitos pedagógicos de Hegel, Rocha identifica que o papel da escola é político e pedagógico, permitindo a possibilidade de um segundo nascimento ou, segundo o próprio Hegel, a escola constitui a segunda natureza humana, social e histórica, algo bem distinto da natureza estritamente biológica:

A escola não é apenas um lugar onde a criança vai aprender a ler e escrever e contar. Ela é o lugar de vivência, em primeira pessoa, de um novo mundo e diferente, onde a cor da pele, o formato dos olhos e o tipo de roupa não devem contar na lista dos méritos pessoais. A escola é a primeira possibilidade de vivência de um âmbito de socialização que não é melhor nem pior do que as vivências familiares e de grupos; ele é diferente e essencial para a vida da criança. (ROCHA, 2020, p.93)

O quarto capítulo é o menor de todos e, como ele identifica, faz um “pensamento de risco”, entendido como expressão de conteúdos e hipóteses cujo aparecimento no mundo pode ter consequências indesejáveis (ROCHA, 2020, p.99). Tem-se a impressão que ele dá uma pausa na sequência argumentativa do livro para expor alguns temas polêmicos nos quais a educação se insere. O primeiro é a influência de Paulo Freire na educação brasileira. Outro aspecto é a crítica a setores da esquerda. Para ele, por promover a leitura crítica e estruturalista dos problemas educacionais brasileiros, as propostas políticas desse campo deixam de ser realistas. Recorrendo ao ex-ministro da educação e filósofo, Renato Janine Ribeiro, Ronai cita que os conteúdos de Filosofia destinados ao ensino médio, um

dos alvos preferidos do ESP, ficam restritos, muitas vezes, a temas ligados à Filosofia Política. O terceiro “pensamento de risco” é o livro didático, marcado, sobremaneira, pela seleção de um determinado conteúdo em detrimento de outros.

Precisamos apostar menos na criatividade solitária e mais em formas cooperativas de planejamento curricular e didático, menos em desconstruir o conhecimento e mais em compreender suas variedades e complexidades, menos em pensar as humanidades como a vanguarda do pensamento e da política e mais como instrumentos de atenção e cuidado com nossas formas de argumentação. (ROCHA, 2020, p.109)

O quinto capítulo, na esteira do anterior, procura desenvolver a argumentação em torno da escola, mais precisamente do seu conceito. Ronai parte da premissa que a Filosofia trabalha com conceitos, muito embora o ponto de partida seja o mundo fenomênico. Para ele, essa reflexão traz no seu interior algo que é caro para a educação, a saber: que tipo de pessoa pretende-se educar? Por outro lado, ele tem a preocupação de conceituar o que é escola, da forma mais nítida possível, e de saber quais são suas características e limites, principalmente para não haver ambiguidades em torno dela.

Nesse sentido, a escola possibilita a difusão do conhecimento sistematizado, da cultura. O alerta feito por Ronai busca diferenciar o tipo de conhecimento científico daquele que é comum a maioria das pessoas, limitando-o ao campo da crença. Para tanto, expõe a distinção entre crença e conhecimento, a ponto de expor a seguinte conclusão:

Nem tudo é crença. Há também o conhecimento, isto é, crenças cuja verdade é sustentada de forma intersubjetiva por procedimentos impessoais; crenças que, por assim dizer, passam em testes de admissão e ganham uma certificação que vai além das circunstâncias de sua gênese e de seu valor para uma pessoa ou grupo de pessoas. (ROCHA, 2020, p.117)

Desse modo, a escola é o portal que permite aos jovens e às crianças o acesso ao conhecimento sistematizado, ou seja, o conhecimento das letras, das artes, etc. A escola é o espaço institucional onde se aprende conceitos, conceitos que geralmente descrevem uma realidade, que pode não mais existir.

O último capítulo do livro é, digamos, a parte do livro em que Rocha expõe ideias autorais. Percebe-se isso porque o autor do livro dialoga menos com a tradição filosófica e coloca os argumentos do projeto Escola sem partido como interlocutor principal. Nesse sentido, temas como o papel do professor, código de ética profissional, educação sexual, educação moral, autoridade em sala de aula, papel da escola e sua relação com a sociedade, entre outros, são discutidos sempre, diga-se de passagem, expondo o confronto entre as opiniões educacionais do professor Ronai e as defendidas pelo ESP. Por ser um debate rico e bastante detalhado, é oportuno nesta resenha, deixar para o leitor a tarefa ler o livro e construir suas próprias ideias sobre este debate talvez seja mais oportuno ao leitor segurar um pouco a curiosidade até ler o livro.

No entanto, quero destacar uma ideia que, para mim, sintetiza bem o livro. A escola é um espaço de transição entre mundos e a responsabilidade do trabalho docente não consiste apenas em prover a criança de instrumentos, mas a de permitir que a criança experimente os valores que são essenciais para que ela possa deixar a escola um dia. A escola apresenta o mundo para a criança.

Faço mais dois registros antes de concluir: dois argumentos utilizados pelos defensores do ESP dizem respeito ao direito que os pais ou responsáveis têm na promoção da educação moral das crianças; um outro gira em torno do conceito de ideologia, que, embora seja bastante presente na tradição marxista, foi concebido pelo sociólogo Karl Mannhein.

Penso que Ronai não explorou, a contento, o tema do direito dos responsáveis em educar os filhos. Talvez fosse o caso recorrer ao conceito de poder paterno, visto que o tema da autoridade dos pais é um dos argumentos centrais do ESP. Como sabe, um dos principais argumentos

utilizados por Lutero e Comenius quando conceberam a escola moderna foi justamente transferir o direito dos pais em educar seus filhos para um profissional responsável (professor). Esta questão reflete o tema do poder paterno, bastante discutido pelos filósofos políticos, especialmente os denominados contratualistas, no início da Modernidade. Talvez um diálogo entre Hobbes e Locke, girando em torno do poder paterno ou pátrio poder, tenderia a enriquecer mais a obra.

No caso do conceito de ideologia, embora houvesse o risco de a análise ser conduzida ao estruturalismo, principalmente a partir da leitura que Louis Althusser faz da obra de Marx e Engels, penso que valeria a pena, no âmbito da sociologia de Karl Mannheim, abordar este conceito. Defendo isso motivado pela perspectiva de que a sociedade e cada indivíduo são detentores de ideologia, variando de acordo com o tempo histórico no qual estão submetidos. Não ter explorado mais o conceito de ideologia é, no meu modo de ver, desconsiderar o papel da subjetividade na formação da consciência das pessoas.

Em suma, o livro *Escola partida: ética e política na sala de aula* é um convite para uma discussão conceitual do projeto Escola sem partido. A riqueza da obra é tão grande que, facilmente, podemos usá-la para discutir alguns dilemas que a escola vive em pleno século XXI. Construir uma escola democrática e que prepare as crianças e adolescentes para a democracia é um desafio constante. Além disso, a escola precisa avançar na materialidade dos rudimentos mais elementares da educação, ler, escrever e calcular, não deixando de inserir as pessoas na Cultura, sob pena de ser deslegitimada socialmente, como tem sido feito pelos defensores do ESP.

Submetido em: 24/05/2020

Aceito em: 10/06/2020

Publicado em: 03/08/2020